



## O FNO na região amazônica de Carajás: aprofundando o caráter primário e deletério da economia regional

### The FNO in the Amazon region of Carajás: deepening the primary and deleterious character of the regional economy

*Rafael Gonçalves Gumiero* – Doutor em ciência política Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: gumiero@unifesspa.edu.br.

#### Resumo

Os investimentos federais na Amazônia brasileira foram grandemente ampliados nos anos 1950 em decorrência de iniciativas da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), sucedidas pelas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), nos anos 1960. Posteriormente, os Fundos Constitucionais de Financiamento, a partir de 1989, são tomados como alternativas para investimentos em projetos na região. Este artigo apresenta a distribuição do balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para a Amazônia, nos anos 2008 até 2020, com enfoque nos municípios que compõem a região de Carajás. Os movimentos para essa análise envolveram: a realização de balanço dos investimentos realizados, executados e praticados pelo FNO na região de Carajás e a identificação das atividades produtivas às quais os investimentos do FNO foram direcionados em Carajás. Os resultados demonstram que os investimentos contribuíram para aprofundar o caráter primário e deletério da economia dessa região, já que priorizaram as atividades rurais, com ênfase na pecuária bovina.

#### Abstract

Federal investments in the Brazilian Amazon were greatly expanded from the 1950s onwards as a result of SPVEA initiatives, followed by Sudam in the 1960s. Subsequently, the Constitutional Financing Funds, from 1989 onwards, are taken as alternatives to investment in projects in the region. This article presents the distribution of the balance sheet of the Constitutional Fund for Financing of the North - FNO for the Amazon, from 2008 to 2020, focusing on the municipalities that make up the region of Carajás. The steps for this analysis involved carrying out a balance sheet of the investments made by the FNO in the Carajás region and identifying the segments to which the FNO's investments were directed in Carajás. The results show that the investments contributed to deepening the primary character of the economy of this region as they prioritized rural activities, with emphasis on cattle ranching.

#### Palavras-chave

Amazônia. FNO. Região de Carajás. Pecuária. Economia.

#### Keywords

Amazon. FNO. Carajás region. Livestock. Economy.

## INTRODUÇÃO

Os investimentos federais na Amazônia mediados por planos, programas e projetos para a modernização produtiva regional ganharam destaque em meados dos anos 1950 por meio da pioneira experiência da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e, posteriormente, pelos planos diretores e planos de desenvolvimento da Amazônia da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em paralelo com as experiências de planejamento do Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), Polamazônia e do Projeto Grande Carajás<sup>1</sup>. A partir da Constituição de 1988, foram formulados os Fundos Constitucionais de Financiamento (FCFs) para o tratamento das desigualdades em regiões periféricas do Brasil: Norte; Nordeste e Centro-Oeste, como lampejo de fôlego para permanência da atuação estatal no fomento aos projetos para o desenvolvimento regional<sup>2</sup>.

Segundo Bielschowsky (2012), apesar do recuo da atuação estatal nos anos 1990, por conta das rodadas de políticas neoliberais, houve resistência no plano do pensamento econômico nas instituições de planejamento como o Instituto de Planejamento de Economia Aplicada (Ipea), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), as secretarias de planejamento estaduais e as universidades públicas. Esse movimento é resultante dos resquícios da resistência da heterodoxia macroeconômica e do desenvolvimentismo, subjacente à expansão das temáticas relacionadas ao desenvolvimento, como geração de inovação tecnológica, desenvolvimento regional, inclusão social, distribuição de renda, meio ambiente.

Os FCFs podem ser considerados como resistentes ao período de políticas neoliberais nas gestões Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, sendo fortalecidos como um instrumento de financiamento de projetos para redução das desigualdades regionais nas gestões Luís Inácio Lula da Silva, sob a tutela dos bancos de desenvolvimento regionais, como o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste. A recomposição dos FCFs foi possível pelo alinhamento aos órgãos de planejamento regionais, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do

<sup>1</sup> Sobre o tema do balanço de planos, programas e projetos na Amazônia no período desenvolvimentista, ver: Oliveira, Trindade e Fernandes (2014); Monteiro e Coelho (2008); Mahar (1978); e Marques (2007).

<sup>2</sup> Segundo Silva e Resende (2019), a composição dos FCs é resultante de 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O objetivo dos FCs é conceder empréstimos a taxas de juros subsidiados destinados a pequenos agricultores e empresas industriais.

Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), responsáveis pelo gerenciamento das diretrizes consideradas estratégicas para distribuição dos FCFs aos segmentos produtivos das atividades econômicas.

O enfoque de análise deste trabalho é referente aos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCFs), institucionalizados pela Constituição de 1988. Em 2014, os FCFs completaram 25 anos de implementação. Macedo, Pires e Sampaio (2017) apresentaram diferentes momentos dessa trajetória. A primeira fase de atuação, de 1989 até 2002, revelou pouca capacidade de estruturação. A segunda fase ocorreu de 2003 até 2006, na qual foram implementadas as reformas com enfoque ao mercado na operacionalização dos fundos segundo o Acordo de Basileia. E a terceira fase ocorreu a partir de 2007, lastreada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que determinou a aplicação dos fundos pela tipologia das microrregiões.

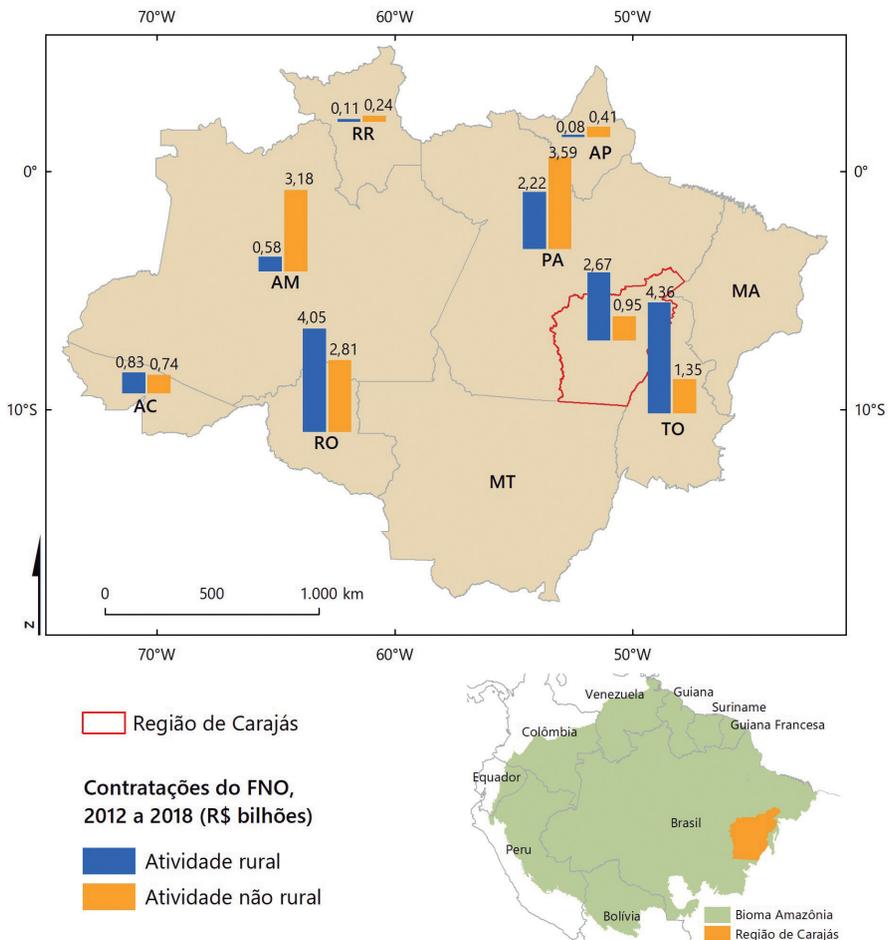
Dentre esta trajetória dos FCFs apresentada pelos autores referidos, optou-se neste trabalho por tratar da terceira fase. A justificativa para a escolha dessa fase se refere ao papel que passou a ser direcionado aos FCFs como instrumento de recursos financeiros da PNDR, pois a proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) enviada à Comissão Especial da Câmara dos Deputados como PEC nº 233, de 2008, como instrumento da reforma tributária formulada pelo governo federal, foi reprovada. O FNDR seria peça fundamental para a descentralização administrativa e coordenação com maior participação dos governos estaduais e municipais para a elaboração e execução dos projetos, orientados pelas diretrizes da PNDR (BRASIL, 2008).

No entanto, devido à ausência de recursos previamente definidos para distribuição desenvolvimento regional, como o caso citado anteriormente do FNDR, o Ministério da Integração Nacional (MI) posicionou os FCFs como os principais recursos orçamentários disponíveis para subsidiar projetos em regiões periféricas do Brasil. Há hipótese de que esses recursos nas últimas décadas possam estar estritamente distribuídos de acordo com diferenciações regionais resultantes de várias configurações de classes e de frações de classes, com pesos relativos e distintos que impulsionam a incorporação da Amazônia ao espaço global de forma fragmentada, regionalização que repercute no perfil de contratação do FNO.

No caso da região de Carajás, uma fração da Amazônia na qual “o deslocamento do capital construiu uma miríade particular de relações e de práticas sociais que se amalgamam em um espaço particular” caracterizado por uma economia de base primária, vinculada, sobretudo, à pecuária bovina e à mineração (MONTEIRO; SILVA, 2021) é perceptível a diferença do perfil da contratação

do FNO em relação às demais regiões, sobretudo, ao estado do Pará e ao do Amazonas. Nestes, de 2012 a 2018, os recursos foram majoritariamente destinados a atividades não rurais, contrastando com Carajás, onde as contratações relativas a atividades rurais representaram quase três vezes o valor das demais (Figura 1).

Figura 1 - Valor total da contratação do FNO por estado da federação, estado do Pará (exclusive Carajás) e região de Carajás, de 2012 a 2018 (valores correntes).



Fonte: SUDAM (2021) e Monteiro e Silva (2021). Elaborado por Regiane Paracampos da Silva.

Neste contexto, este trabalho apresenta o balanço do FNO para a Amazônia, nos anos 2008 até 2020, considerando as unidades federativas (UFs), a região de Carajás e seus municípios. Com isso, pretende-se: a) colaborar com o balanço dos investimentos realizados pelo FNO na região de Carajás; b) identificar em quais segmentos produtivos os investimentos do FNO estão sendo direcionados

em Carajás; c) identificar se os projetos em setores produtivos em andamento estão revertendo o quadro de desigualdades territoriais, ou se estão resultando no fortalecimento das assimetrias territoriais, pela polarização produtiva em territórios especializados na produção de *commodities*, como a agropecuária e a mineração, exercendo a hierarquização e a hegemonia<sup>3</sup> econômica e política nos municípios.

Foram organizados dois movimentos de análise nesta pesquisa. O primeiro buscou apresentar estudos que cotejaram categorias analíticas com a intenção de posicionar interpretações acerca das assimetrias regionais e territoriais: a) a região, caracterizada pela integração e modernização produtiva e pela rearticulação da coalizão política com frações do capital em Carajás (MONTEIRO; SILVA, 2021); b) regressão produtiva pela especialização em *commodities* e a utilização da terra como estoque de capital pelas atividades agropecuárias e extração de minérios (BRANDÃO, 2010); c) colonização, mobilização dos fluxos migratórios e a expansão da fronteira para a Amazônia (HÉBETTE; MARIN, 1977); d) governança do FNO na Amazônia (CARVALHO, 2006); e) identificação de territórios dinâmicos e territórios potencialmente dinâmicos (MONTEIRO NETO; SILVA; SEVERIAN, 2019).

O segundo movimento de análise se refere à organização dos dados da distribuição de recursos investidos nos anos 2008 a 2020, organizados pelas fontes de financiamento do FNO. A análise foi realizada com base nos dados referentes aos recursos do FNO<sup>4</sup> disponíveis no repositório digital do Banco da Amazônia e da Sudam.

O trabalho está organizado, além da introdução e das considerações finais, em três tópicos. O primeiro apresenta as características que colaboram para a compreensão do processo de regressão produtiva e de especialização em *commodities* no Brasil. O segundo aborda a composição do entrosamento entre o processo de migração e a implementação via políticas estatais de grandes projetos de modernização produtiva na Amazônia. O terceiro tópico expõe os dados de distribuição do FNO de acordo com os filtros de atividades produtivas e os municípios da região de Carajás, nos anos de 2008 até 2020.

## **REGRESSÃO E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA EM *COMMODITIES* NO BRASIL 2000 - 2020**

As atividades econômicas no Brasil foram priorizadas a partir com base na mercantilização da terra e na geopolítica dos territórios favorecidos pelas reservas

<sup>3</sup> A respeito da conceitualização e discussão crítica em relação às categorias analíticas polarização, hierarquização e hegemonia, invocadas neste trabalho, ver: Brandão (2007).

<sup>4</sup> Consultar o site <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/fno>

e estoques de recursos naturais. Para Brandão (2010), a maior característica da economia brasileira foi determinada pela expansão e apropriação de territórios que possibilitassem exercer a acumulação de capital. Na concepção do referido autor, esse processo foi acionado pela coalizão entre os agentes econômicos caracterizados pelo patrimonialismo desempenhado pela agricultura itinerante, pela extração mineral, subjacente à mobilização da força de trabalho relacionada a essas atividades, lastreadas pela infraestrutura estatal e subsídios públicos.

O processo para o crescimento econômico realizado no Brasil no período da ditadura militar foi marcado pela implementação de ações estatais que agudizaram as desigualdades regionais, provocando a continuidade das assimetrias sociais e econômicas. A coalizão de poder das elites locais e regionais no esquadro nacional dominou fontes de valorização de recursos naturais pela interiorização das atividades econômicas de grande escala de reprodução do capital, constituindo estruturas econômicas direcionadas a partir dos polos de produção para fora, pelas cadeias de adição de valor econômico e circuitos mercantis. O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil historicamente foi processado pelos interesses heterogêneos propagados em atividades econômicas setoriais, regionais e pelas diversas frações do capital (BRANDÃO, 2010).

Segundo Brandão (2010), o Estado cumpriu papel fundamental nesse processo ao fomentar com investimentos estatais grandes projetos de infraestruturas no sistema nacional de geração de energia elétrica, transportes e telecomunicações, nos anos 1950 até 1980. Outra frente de atuação do Estado foi na oferta de insumos básicos e infraestrutura que priorizava a iniciativa privada pelos incentivos fiscais e creditícios, fomentados pelas atividades territoriais e setoriais de investimentos.

Nos anos 1990, a estratégia adotada pela estrutura produtiva esteve relacionada com as vantagens comparativas estáticas, de especialização regressiva, deixando posições estratégicas e optando em especialização de *commodities*, aprofundando a configuração estrutural social e política patrimonialista-rentista de grupos nacionais. Os surtos de crescimento de determinadas regiões e de alguns setores produtivos ampliaram as heterogeneidades e influenciaram as decisões de investimentos estatais e privados.

Segundo Garzon (2010), o BNDES utilizou como estratégia para fomento aos projetos a adesão deles à plataforma de exportações do Brasil, condizentes com as bases de produtos formados a partir das *commodities*. A base dos projetos fomentados pelo BNDES, no anos de 2006 a 2009, foi lastreada em uso intensivo de recursos naturais, concentrados no mercado internacional: na mineração, Gerdau, R\$ 4,3 bilhões – R\$ 1,5 bilhão pelo BNDES; Vale, R\$ 59 bilhões, sendo

R\$ 7,3 bilhões advindos do BNDES; ThyssenKrupp CSA Siderúrgica, R\$ 8 bilhões, sendo R\$ 1,48 bilhão do BNDES; Vale Serra dos Carajás, R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 774,6 milhões pelo BNDES; Companhia Brasileira de Alumínio, R\$ 723,8 milhões oriundos do BNDES; Siderúrgica Barra Mansa – Votorantim, R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 664 milhões pelo BNDES (GARZON, 2010, p. 82).

A exemplo dos financiamentos realizados pelo BNDES para as empresas privadas supracitadas, esse processo de especialização em atividades primárias ocorreu dentro de um quadro de especialização produtiva regressiva, cuja abordagem ampliou a devastação ambiental, a degradação das bacias hidrográficas, a grilagem de terras e o avanço do latifúndio em territórios de comunidades indígenas e de camponeses. As *commodities* estão no cerne da prioridade de investimentos do BNDES, principalmente a extração de minérios e a agropecuária, que contam com ampliação da escala de produção e elasticidades da fronteira de expansão agropecuária (GARZON, 2010).

Na avaliação de Brandão (2019), o período de 2003 até 2015 foi caracterizado na dimensão de investimentos do governo federal que impactaram os territórios. As maiores fontes de investimentos estatais nesse período foram oriundas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os investimentos do BNDES foram direcionados com apoio de capitais privados para os setores agroindustriais, e para grandes projetos nos segmentos de plantas automobilísticas, siderurgia, petróleo, naval, refinarias e extração mineral.

A caracterização do Pará dentro desta abordagem do autor referido, é representada pela sub-região de Carajás, em que a dinâmica produtiva foi associada às características dos territórios do tipo II, III e IV. O investimento no território do tipo II foi proveniente de grandes obras em infraestrutura e enclaves de extração de recursos naturais. O centro de decisões foi formado de maneira exógena, por decisões extrarregionais, o que caracterizou polos isolados. O tipo ideal de território, tipo III, apresentou como característica os investimentos em *commodities* agrícolas, minerais, metálicas e energéticas. Possui muitas deficiências em suas relações inter-ramificações, inter-regionalidades e interurbanas. Os investimentos em territórios do tipo IV foram oriundos do Estado em infraestrutura de transportes e energia, que combinados com as atividades produtivas da agropecuária e mineração, que geraram externalidades e sinergias no território e estão presentes na Amazônia.

Mais recentemente, Monteiro Neto, Severian e Silva (2019), em exaustiva pesquisa, formularam uma tipologia dos territórios no Brasil que possuem dinâmicas produtivas industriais, denominadas Aglomerações Industriais

Relevantes (AIRs) e Aglomerações Industriais Potenciais (AIPs). Essa pesquisa identificou concentração do processo produtivo das AIRs na região Sudeste, com alguns casos localizados em suas adjacências. No entanto, para as AIPs há uma pulverização maior do que para as AIRs no mapa brasileiro, tendo importante participação as regiões Nordeste e Centro-Oeste. A região Norte é a que tem menor participação nas designações territoriais de dinâmicas industriais, estando concentrada nas capitais das unidades federativas dessa região, com exceção de alguns casos no interior da Amazônia. Neste contexto em específico, cito os casos de Parauapebas e Marabá, no Pará, ambas localizadas no perímetro do projeto de mineração Serra dos Carajás.

Monteiro Neto, Severian e Silva (2019) registraram a existência e localização de novos territórios de atividades industriais em expansão. Foram identificados os subgrupos de primeira e de segunda ordem. O subgrupo de primeira ordem, denominado “hierarquia regional”, concentra suas AIPs nas regiões de maior dinamismo industrial do país, Sudeste e Sul, e posteriormente nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. O subgrupo de segunda ordem apresenta características distintas em relação ao primeiro subgrupo, tendo como principal região de concentração o Nordeste, seguido pelo Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Norte.

Segundo esses autores, as regiões Sudeste e Sul corresponderam à maior concentração de AIRs e, conseqüentemente, à maior geração de valor adicionado bruto do país, confirmando que a atividade industrial nacional permaneceu desde 1995 até 2015 nas regiões mais centralizadas. Os referidos autores apontaram um tímido, porém, relevante movimento de desconcentração do setor industrial para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, onde foi identificado que cerca de 32% de novas AIRs eram provenientes dessas regiões.

Esse processo pavimentou a dinamização e descentralização produtiva do eixo Centro – Sul do Brasil para o Nordeste e o Norte, mas com severas problemáticas implicando complexificação das assimetrias territoriais Monteiro Neto, Severian e Silva (2019) apontam que a maior representatividade das AIRs foi constatada pela inferência dos dados da atividade industrial entre os anos 1996 até 2015, presentes em sua maioria percentual nas regiões Sudeste e Sul, 79,2% do Valor de Transformação Industrial (VTI). Ao passo que a participação das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste no VTI foi de 22%. Para as AIPs denominadas de primeira ordem, a maior porcentagem continuou localizada no Sudeste e Sul, e para as AIPs de segunda ordem a maior concentração foi registrada no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, referente aos novos movimentos de industrialização.

A participação na composição regional do VTI para a indústria, considerando o percentual total da extrativa e o da transformação, posicionou a região Norte como de ganho de 1,7%, entre os anos 1996 até 2015, porém com forte concentração produtiva industrial nos estados Amazonas e Pará, sendo que neste último a responsável pela taxa de crescimento foi a indústria extrativa de minerais ferrosos em Carajás (MONTEIRO NETO; SILVA; SEVERIAN, 2019).

O complexo minerário na Serra de Carajás foi fortalecido por conta das suas frentes de expansão de acumulação de capital, que conecta estritamente o local ao global, sob as dinâmicas produtivas do território, das atividades produtivas da agropecuária e valorização do valor da terra. Essas frentes possuem forte intersecção com os territórios ao moldar as suas estruturas conforme a especialização produtiva alinhavada ao mercado internacional e retroalimentada pelos investimentos em infraestrutura logística, fortalecendo a homogeneização produtiva que impacta o território ao gerar heterogeneidades, campo fecundo para o exercício da hegemonia do poder econômico e político dos grandes empreendimentos, pelo domínio do acúmulo de capital.

## **HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DO ESTADO E A IMPLEMENTAÇÃO DO FNO NA AMAZÔNIA: PROBLEMAS E OBSTÁCULOS**

A integração da região amazônica ao sistema econômico nacional foi potencializada via mecanismos fiscais de investimentos oriundos do Estado desenvolvimentista (FERNANDES; GUMIERO, 2021) inspirado pelo modelo de desenvolvimento setorial dos polos produtivos, elaborado pela tese de Perroux (1977), pela tese dos pontos germinativos de Hirschman (1958) e pela tese dos efeitos progressivos de Myrdal (1965).

A estratégia do desenvolvimentismo tutelado pela ação do Estado na Amazônia durante o período da ditadura militar, de 1964 até 1984, implementou ações relacionadas a investimentos setoriais mobilizados pelos Planos Diretores, Planos de Desenvolvimento da Amazônia, Polamazônia, Programa Grande Carajás, formulados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Apesar das especificidades em cada um dos referidos programas e planos, houve consenso entre eles na abordagem implementada na concepção do projeto de desenvolvimento para a Amazônia, compreendida como integrada ao modelo de polos setoriais de exportação, alinhavada ao sistema econômico nacional de forma subalternizada, ou seja, como produtora de insumos básicos lastreados pela extração de recursos naturais, da madeira, minérios e expansão da fronteira agropecuária, do Centro-Oeste para o Norte.

A formulação da concepção de desenvolvimento para a Amazônia pela Sudam foi acompanhada pela engenharia institucional para implementar os planos e programas do financiamento de recursos financeiros, advindos da base de financiamento do Banco da Amazônia. A partir de 1964, operaram dois fundos de financiamento, o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (Fidam) e o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), para realização de empréstimos financeiros aos empresários da região da Amazônia. Segundo Mahar (1978), o Finam teve protagonismo nos investimentos em atividades agropecuárias na Amazônia. Embora houvesse alternância entre o *modus operandi* em cada fundo, houve prioridade nos estímulos para as atividades econômicas que mobilizassem recursos naturais como estoque de capital para geração de divisas pelas exportações dos polos produtivos nessa região.

A intencionalidade do Estado desenvolvimentista na Amazônia esteve relacionada à expansão das atividades produtivas incorporada à dinâmica econômica nacional, de modo que alguns pressupostos estiveram presentes no planejamento da Sudam, como no Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) na escala regional, e nos programas setoriais do Polamazônia, a partir dos anos 1960 até 1980, tais como: a) a ocupação do território; e b) a implementação do modelo de desenvolvimento associado aos recursos naturais, do extrativismo da madeira e minérios à agropecuária (FERNANDES; GUMIERO, 2021).

O conceito de ocupação do território utilizado neste trabalho está vinculado à colonização e mobilização dos fluxos migratórios e à expansão da fronteira para a Amazônia. Segundo Hébette e Marin (1977), a colonização pode ser realizada de duas formas: a dirigida e a espontânea. A colonização dirigida ocorre a partir da intervenção direta do Estado por intermédio de planos de ocupação na fase inicial da implementação e assentamento da população de migrantes. A colonização espontânea ocorre quando não há interferência ou imposição do Estado na implementação dos assentamentos de migrantes, de forma que ocorre pelos critérios determinados pelos grupos de colonizadores de modo progressivo.

Na concepção de Hébette e Marin (1977), a colonização possui como ação direta do Estado a formulação de políticas que exercem efeito de sinergia, como a política fundiária, a política agrícola ou a política creditícia. Há outras ações do Estado que exercem efeitos de modo indireto, como projetos relacionados a transportes, comunicações, políticas regionais.

Os estudos da SPVEA propuseram efetuar a colonização espontânea, ocupações livres, porém foi substituída pela política seletiva da Sudam para estimular via incentivos fiscais a ocupação de grande propriedade. A estrutura

fundiária verificada ao longo da rodovia Belém-Brasília é resultante da intervenção estatal na ocupação da terra, condicionada pelos recursos creditícios para as atividades agropecuárias e para a posse e apropriação privada da terra (HÉBETTE; MARIN, 1977).

Os créditos direcionados para as atividades agropecuárias na Amazônia foram realizados pelo Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), a partir de 1971, cujos recursos financeiros foram mobilizados pelo Banco da Amazônia S.A. (Basa), pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S/A. O Proterra estabeleceu como possibilidades para o financiamento a aquisição da terra e a ampliação de pequenas propriedades, além da compra de maquinários. Os prazos estabelecidos para devolução foram de cinco a doze anos, o que proporcionou melhores condições aos empresários em virtude do valor da taxa de 7% ao ano de juros e o prazo para saldar a dívida, em relação aos incentivos fiscais da Sudam (HÉBETTE; MARIN, 1977).

Monteiro e Coelho (2008) destacam o protagonismo do Estado na constituição de projetos na Amazônia e, dentro deste escopo, apresentam o caso da mineração no Pará, por intermédio dos planos e programas setoriais de desenvolvimento para gestão de polos produtivos vinculados à economia nacional e principalmente ao exterior. O Estado adotou como formatação de incentivos fiscais e creditícios a polarização nos polos produtivos, destacando a participação dele no fomento ao Programa Grande Carajás (PGC), em 1980, considerado o epicentro de um empreendimento que articulou com o Projeto Ferro Carajás, a Albras, a Alunorte, a Alumar e a Usina de Tucuruí. A gestão do PGC foi nuclear no município de Parauapebas, pela extração de minério de ferro da Serra dos Carajás, assumida em 1977 pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A infraestrutura articulada à base de extração da mineração permitiu interligar a Serra dos Carajás por meio da Estrada de Ferro Carajás ao terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão. A base de recursos financeiros que foram investidos nesse projeto adveio do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor).

Conforme Carvalho (2006), a Sudam mobilizou seus recursos nos anos 1970 e 1980 para avançar na extensão da fronteira agropecuária, na pecuária de corte. O modelo econômico adotado na ocupação da Amazônia, com apoio do Estado e conduzido pela iniciativa privada, fortaleceu a especialização produtiva em *commodities* e gerou grandes extensões de áreas com pastagens conduzidas pelo desmatamento da floresta. A estratégia era que a economia da Amazônia pudesse ser revigorada, após o ciclo da borracha, pelas potencialidades

naturais e locais gestadas por projetos conduzidos pelo desenvolvimento desequilibrado, ou seja, investimentos setoriais em polos de crescimento econômico localizados espacialmente em áreas de recursos naturais tais qual a mineração, como fomento para multiplicar a renda interna e o emprego na região.

Nos anos 1990, o FNO foi operacionalizado pelo Banco da Amazônia S.A. (Basa) e encontrou problemas para a sua implementação, conforme as diretrizes que caracterizaram a sua formulação pela Constituição de 1988. A primeira problemática se referiu à mudança na Medida Provisória a partir de 1998, denominada nº 1727, que determinou que os encargos de financiamento concedidos pelo FNO correspondessem à variação do Índice Geral de Preços disponibilidade interna (IGP-DI) mais o custo adicional fixado à taxa de 8% a.a., substituindo a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O uso do indexador que varia conforme a inflação real gerou aumento da carga de encargos financeiros sobre os pequenos devedores. A segunda problemática esteve relacionada à concentração dos recursos no setor primário e, dentre as unidades federativas da Amazônia, os recursos financeiros foram concentrados no estado do Pará. A terceira problemática corresponde ao fato de que o pacto federativo entre os estados e a União é fragilizado pela guerra fiscal, gerando inércia de novos empreendimentos em municípios centralizados, exercendo a função de polos sub-regionais no interior dos estados (CARVALHO, 2006).

Segundo Carvalho (2006), é analisada a relação que se estabeleceu entre o percentual dentro das bancadas do legislativo federal, da Câmara dos Deputados e do Senado, e a necessidade de costurar *lobby* político a fim de fomentar o aumento do poder de barganha político visando à negociação de mais recursos públicos para a Amazônia ou outras regiões periféricas.

A síntese desse agregado de interpretações possibilita apreender que os estímulos de incentivos fiscais do Estado estiveram presentes na implementação de programas, planos e projetos desde o período desenvolvimentista, que, no caso da Amazônia, foi iniciado pela experiência da SPVEA em 1955 e se estendeu até finais dos anos 1980. Porém, o modelo de desenvolvimento foi implementado de acordo com a formação dos polos produtivos de recursos naturais para as exportações, fundamentando problemáticas de assimetrias regionais e intrarregionais da Amazônia com outras regiões do Brasil, bem como as fraturas em relação ao descompasso entre polos pujantes de crescimento econômico, contrastados com outros territórios, estagnados ou de baixa participação nas atividades econômicas.

## **BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO FNO 2008-2020: PROBLEMATIZAÇÕES DAS ASSIMETRIAS TERRITORIAIS**

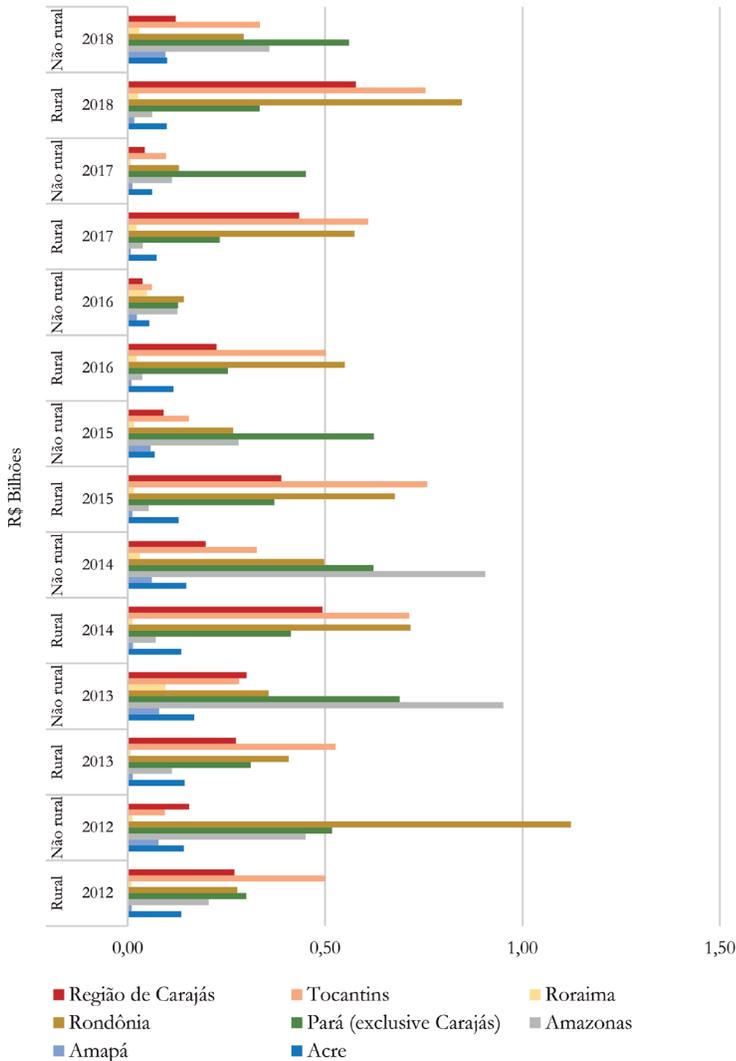
A distribuição setorial dos recursos do FNO por estados apresenta dois aspectos. O primeiro é referente aos anos de 2012 até 2014, em que houve maior distribuição do Fundo em atividades não rurais, em Rondônia e no Amazonas.

O segundo aspecto se refere aos anos de 2015 até 2018, quando houve redução no volume de recursos e na distribuição em atividades não rurais, concomitantemente com a ampliação em atividades rurais. Pode ser afirmado que houve aumento nos recursos em atividades rurais relacionado a elevação das taxas de desmatamento na Amazônia, apresentadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), principalmente na região de Carajás, o que pode ter estimulado pelo crescimento da demanda e concessão do FNO para a pecuária bovina.

Na Figura 2 é possível vislumbrar algumas percepções do que os projetos em atividades produtivas tutelados pelo FNO representam para a região de Carajás: a) a relação entre os valores dispendidos na contratação do FNO no Pará apresenta duas características heterogêneas: a primeira é a contratação do referido recurso financeiro no Pará, com exceção da região de Carajás, representado pelo maior percentual em atividades não rurais; a segunda é que, no caso da região de Carajás, as atividades rurais possuem relevância: R\$ 2,67 bilhões em contratação em atividades rurais e R\$ 950 milhões em atividades não rurais; b) o perfil da contratação do FNO por atividades produtivas em Carajás com relevância às atividades rurais possui similitudes com as características de contratação nas unidades federativas de Tocantins e Rondônia, estados cujas atividades rurais possuem relevância econômica, e se manteve pareado no valor recepcionado com esses estados.

Segundo Gumiero e Sousa (2022), o aumento do desmatamento na Amazônia no período de 2004 até 2020 corrobora a paralisia no funcionamento de importantes órgãos estatais de investimentos em projetos de conservação ambiental, fiscalização e monitoramento do desmatamento ilegal, como o Fundo Amazônia e a extinção do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PCCDAm), com aceleração de patamares de desmatamento superiores ao percentual de regressão verificado nos anos 2006 a 2012. Uma das frentes de desmatamento da floresta amazônica é o Sudeste do Pará, principalmente no que concerne às reservas florestais e de comunidades indígenas, referentes à progressiva ampliação de desmatamento a partir de 2016, sendo em 2020 mais expressivo.

Figura 2 - Valor da contratação do FNO por setor de atividade, estado da federação, estado do Pará (exclusive Carajás) e região de Carajás, de 2012 a 2018 (valores correntes).

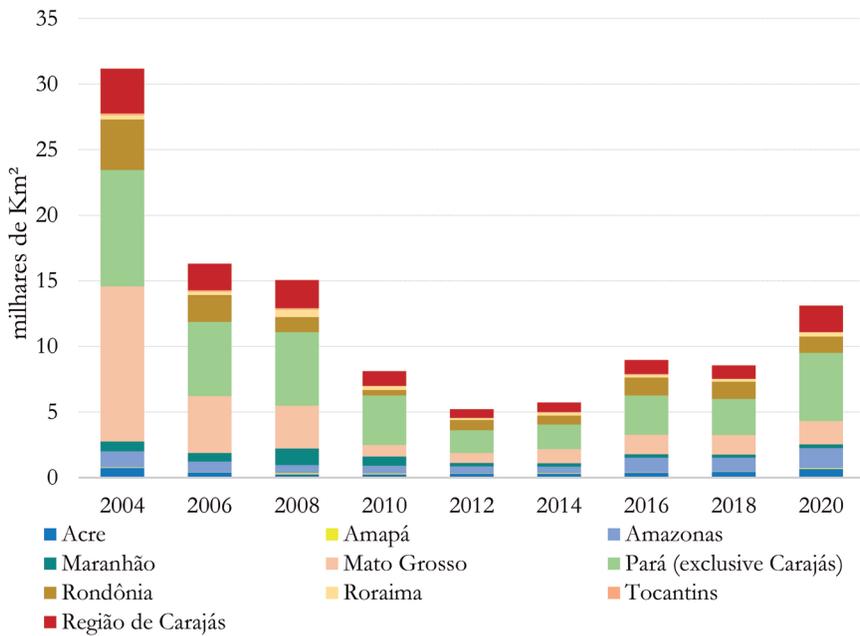


Fonte: SUDAM (2021). Elaborado pelo autor.

Na seriação histórica da Figura 3 é possível observar que o processo de desmatamento da floresta amazônica ampliou gradativamente ao longo dos anos 2016 em diante, considerando que os maiores patamares de km<sup>2</sup> desmatados

estão representados por 5.192 km<sup>2</sup>, no estado do Pará, acompanhado pela região de Carajás no Pará com 2.028,64 km<sup>2</sup>, e posteriormente Mato Grosso com 1.767 km<sup>2</sup>. Com base nessa configuração, é possível compreender que o estado do Pará possui diferenças marcantes no que se refere à polarização das atividades primárias, relacionadas à pecuária bovina, e forte concentração de desmatamento em Carajás, em relação às demais sub-regiões do estado do Pará.

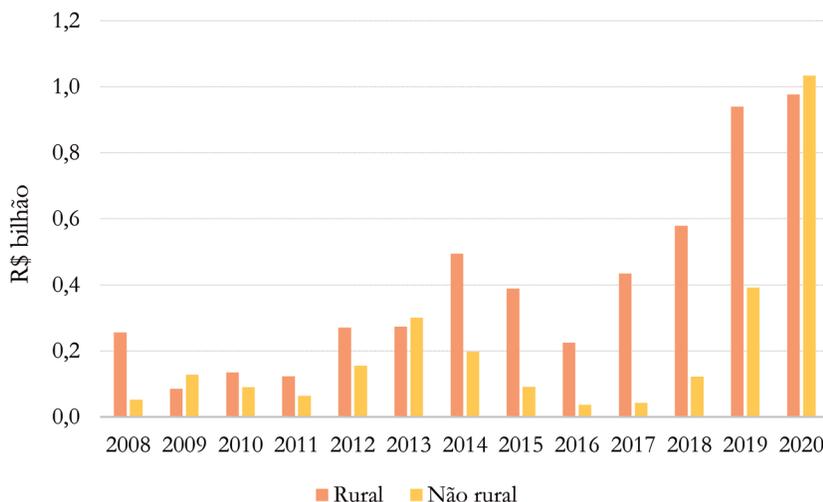
Figura 3 - Desmatamento na Amazônia por estado da federação, Pará (exclusive Carajás) e na região de Carajás, de 2004 a 2020.



Fonte: INPE (2021). Elaborado pelo autor.

Na Figura 4 foram apresentados os dados referentes à distribuição do FNO, no período de 2008 a 2020, para os municípios que compõem a região de Carajás e que possuem inserção predominantemente nas atividades rurais, compostas pela agropecuária. Há predominância das atividades rurais principalmente nos anos de 2014 até 2019, e pareamento em relação às atividades não rurais em 2020.

Figura 4 - Valor da contratação do FNO por setor de atividade na região de Carajás, de 2008 a 2020 (valores correntes).

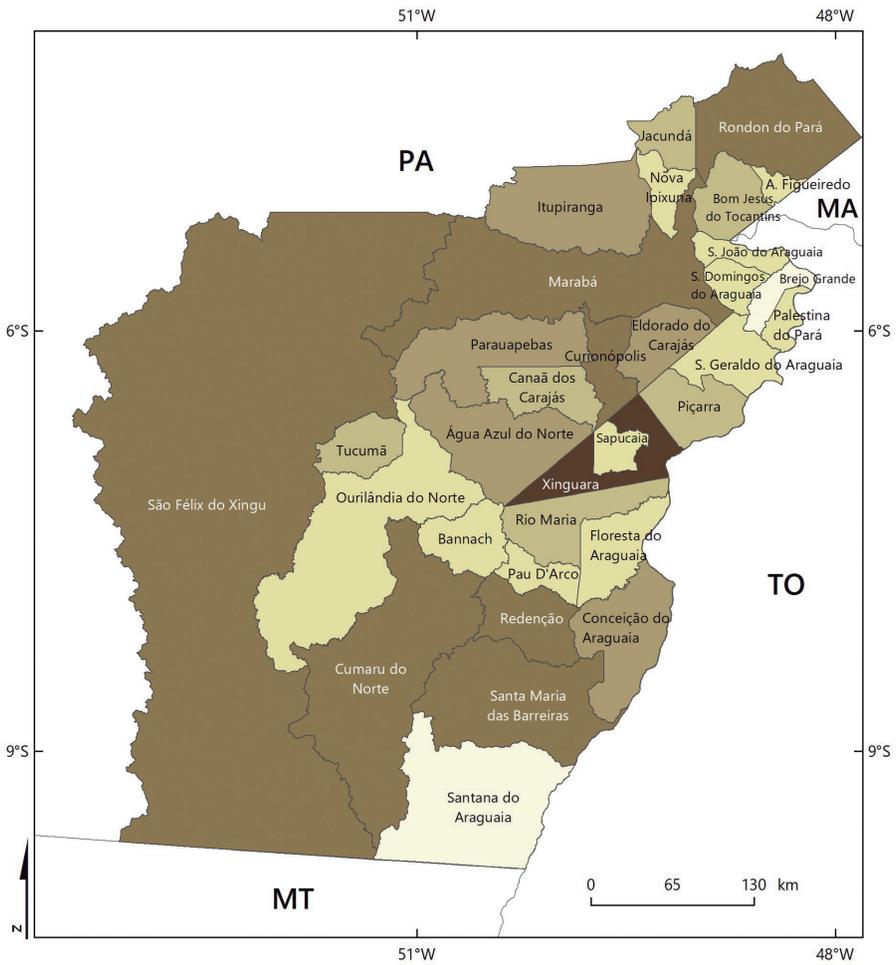


Fonte: SUDAM (2021). Elaborado pelo autor.

A distribuição do FNO em relação aos municípios da região de Carajás, referente aos anos 2008 até 2020 de acordo com a Figura 5 apresentam os cinco principais receptores: Xinguara com R\$ 1,262 bilhão, seguido por Marabá com R\$ 576,905 milhões, Santa Maria das Barreiras com R\$ 383,120 milhões, São Félix do Xingu com R\$ 380,774 milhões, e Rondon do Pará com R\$ 371,806 milhões.

No município de Xinguara, maior receptor dos recursos financeiros do FNO no período de 2008 a 2020 entre os municípios da região de Carajás, o maior percentual recebido diz respeito às atividades não rurais, correspondendo a R\$ 1,134 bilhão, referente aos projetos de infraestrutura: dois em transmissão de energia elétrica, implementados em 2020, respectivamente nos valores de R\$ 600 milhões e R\$ 250 milhões; e um na construção da estação da rede de distribuição de energia, em 2019, no valor de R\$ 224 milhões. Nas atividades rurais, correspondentes ao valor de R\$ 127 milhões, o destaque desse município são os segmentos produtivos da pecuária bovina: bovinos - criação e engorda, no valor de R\$ 35 milhões; bovinos - produção de carne - matriz para povoamento, no valor de R\$ 24 milhões; bovinos - produção carne - estocagem, no valor de R\$ 12 milhões; aquisição e manutenção recria e engorda - bovino, no valor de R\$ 10 milhões; e bovinos carne pecuária confinamento - cria/multiplicação, no valor de R\$ 10 milhões.

Figura 5 - Valor total da contratação do FNO por município da região de Carajás, de 2008 a 2020 (valores correntes).



**Distribuição do FNO na região de Carajás (2008 - 2020)**

- R\$ 0,00
- Até R\$ 50 milhões
- Até R\$ 100 milhões
- Até R\$ 300 milhões
- Até R\$ 600 milhões
- Acima de R\$ 600 milhões



Fonte: SUDAM (2021). Elaborado por Regiane Paracampos da Silva.

Contexto no qual a paisagem do rural da região de Carajás passou a ser dominada pela presença de vastas áreas de pastagens destinadas à alimentação de gado bovino (Figura 6) e a economia agrária regional que se articula, por meio do comércio exterior, com a acumulação de capital em países como Hong Kong, Líbano, Ucrânia, Dubai, Egito, Rússia, Venezuela, dentre outros.

Figura 6 - Imagem de pastagem, município de Marabá, Pará, destinada à criação de gado bovino, 2011.

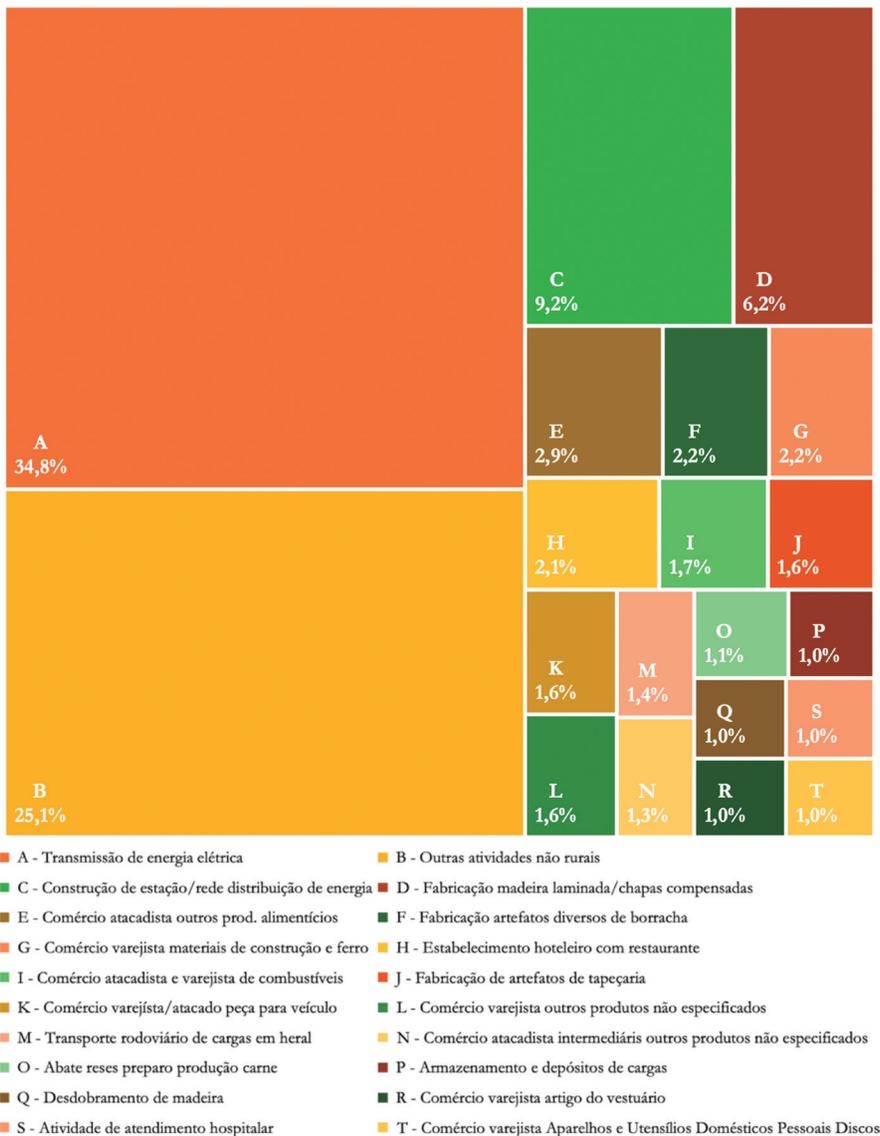


Foto: Evandro Monteiro (OlharImagem).

No que tange às atividades não rurais nos municípios da região de Carajás, temos no período de 2008 até 2020 o maior percentual de recursos do FNO em projetos de infraestrutura, como os de transmissão de energia elétrica, responsáveis por mobilizar R\$ 850 milhões. Acompanham as atividades relacionadas à fabricação de laminados e chapas, no valor de R\$ 152 milhões, fabricação de artefatos diversos de borracha no valor de R\$ 54 milhões e as atividades de estância hoteleira com restaurante no valor de R\$ 50 milhões.

Apesar de os recursos do FNO serem distribuídos em vários segmentos de atividades não rurais, envolvendo os setores produtivos da indústria e terciário, pode ser sintetizada a implementação de novos projetos no fortalecimento de atividades que compõem a infraestrutura logística econômica das atividades produtivas que possuem especialização, como é o caso da extração de minérios e da agropecuária, com poucas possibilidades para gerar mudanças produtivas no repertório econômico em Carajás (Figura 7).

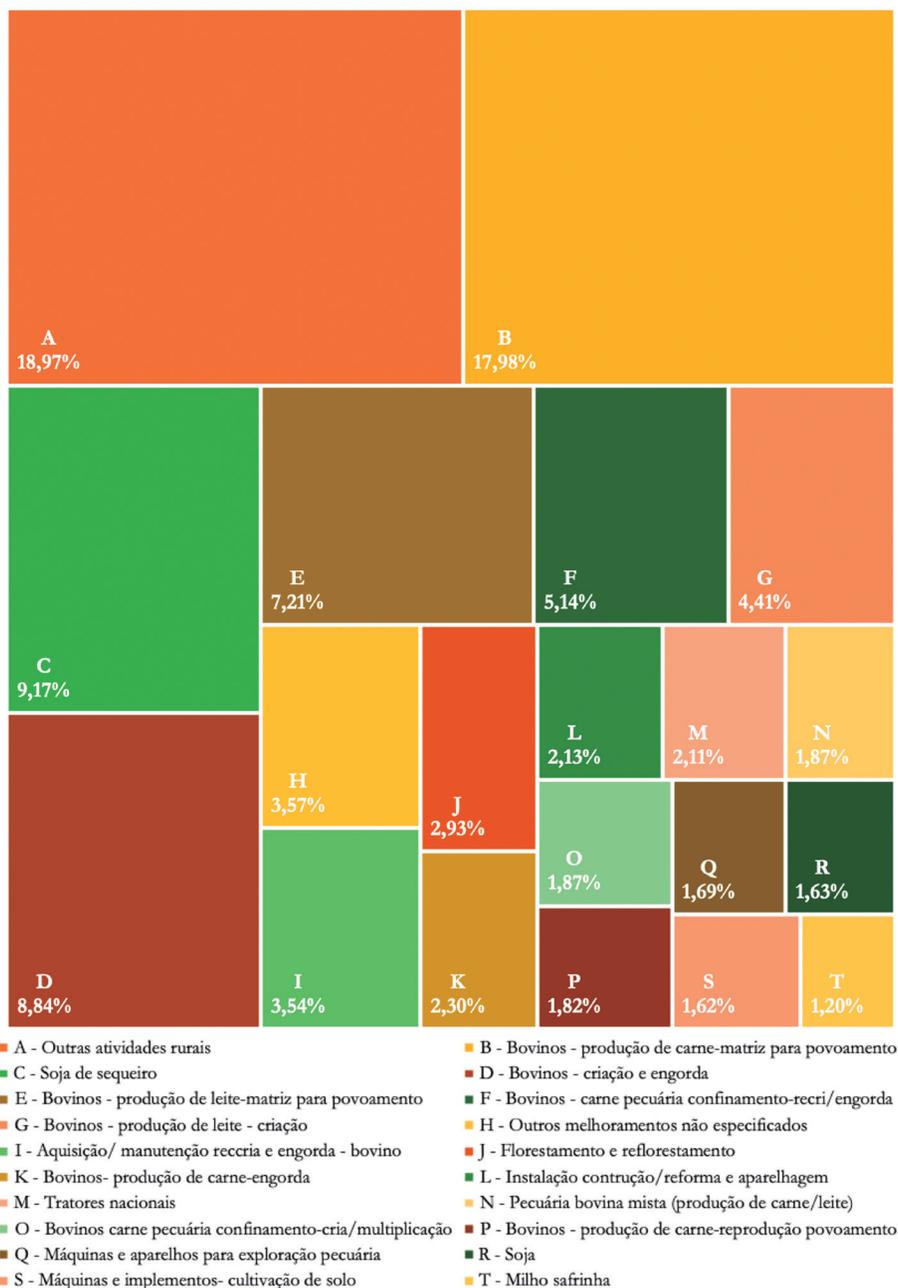
Figura 7 - Distribuição do FNO por atividades não rurais 2008-2020.



Fonte: SUDAM (2021). Elaborado pelo autor.

A Figura 8 apresenta as atividades rurais que receberam maiores recursos financeiros do FNO nos anos de 2008 até 2020, quais sejam: bovinos (produção de carne matriz para povoamento) no valor de R\$ 931 milhões; soja de sequeiro no valor de R\$ 474 milhões; bovinos (criação e engorda) no valor de R\$ 457 milhões; bovinos (produção de leite matriz para povoamento) no valor de R\$ 373 milhões; e bovinos (carne pecuária confinada recria e engorda) no valor de R\$ 266 milhões.

Figura 8 - Distribuição do FNO por atividades rurais, 2008-2020.



Fonte: SUDAM (2021). Elaborado pelo autor.

As atividades rurais que receberam os maiores investimentos do FNO replicam a especialização produtiva em Carajás, além da indústria extrativista de minérios, com forte apelo às atividades da pecuária bovina em suas diversas modalidades e cadeias produtivas, com a inserção do plantio da soja, que passou a integrar o repertório de commodities da região de Carajás.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESES DOS RESULTADOS E PROPOSIÇÕES DE CONTINUIDADE DE UMA AGENDA DE PESQUISA**

Na Amazônia, as estruturas econômica e institucional foram moldadas conforme os interesses de frações do capital financeiro, representadas pelos segmentos produtivos relacionados às atividades primárias exportadoras, como a extração de minérios e a agropecuária. Esse processo não é novidade, dado que, segundo as políticas de desenvolvimento para a Amazônia, acompanhadas pelos seus programas e planos, houve intencionalidade do Estado em promover a integração econômica e a modernização produtiva conforme a demanda e o estoque disponível de recursos naturais (BRANDÃO, 2010; MAHAR, 1978).

Ao longo dos anos 1966 até 2020, houve importantes avanços nas metodologias que compuseram o rol de planejamento para regiões, sub-regiões e territórios, que não pode ser menosprezado. Vide o caso dos avanços relacionados aos estudos de Becker e Egler (1997) no documento *Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal*, referente ao detalhamento das especificidades locais e regionais da Amazônia e à necessidade de pautas para outros estratos analíticos, além do econômico, como o do meio ambiente e das populações locais.

No documento formulado por Galvão e Vasconcelos, de 1999, *Política Regional à Escala Sub-Regional: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional*, publicado pelo IPEA, houve apresentação da metodologia da regionalização dos territórios conforme a escala sub-regional, permitindo implementar uma inflexão na modelagem de políticas regionais aplicadas anteriormente pela Sudam, como nos planos Política de Desenvolvimento da Amazônia e dos seus programas, alinhados às estratégias de planos de cunho nacional, como a Política Nacional de Desenvolvimento (PND) e os programas Proterra e o PIN. O avanço metodológico proporcionado pelos estudos de Galvão e Vasconcelos permitiu ampliar o escopo analítico e impulsionar importantes programas formulados na década de 2000 pelo governo federal.

Na Secretaria de Desenvolvimento Regional, do Ministério de Integração Nacional, a professora Tania Bacelar Araújo conduziu em 2003 os primeiros trabalhos na gestação de uma nova metodologia aplicada ao planejamento regional, tratada pela nomenclatura de tipologias territoriais. A prioridade nesse tratamento para as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento regional e urbano permitiu em um primeiro movimento gerar importantes diagnósticos das desigualdades socioeconômicas da população no Brasil, e no segundo movimento a implementação de uma metodologia multiescalar de programação do planejamento para os territórios de baixa renda e de estagnada renda. Essa metodologia aplicada à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) fortaleceu o diagnóstico das desigualdades intra e inter-regionais dos municípios das microrregiões do Nordeste e Norte, em relação aos indicadores de renda per capita e de IDHM, mas também evidenciou as assimetrias intraterritoriais em regiões como o Sul, Sudeste e Centro-Oeste, avançando na sistematização das desigualdades regionais no Brasil (DINIZ, 2007).

Apesar desses sucessivos avanços nos estudos metodológicos relativos à sistematização dos diagnósticos e prognósticos acerca das desigualdades regionais, houve, ao longo dos anos 2000 até 2020, o fortalecimento das especializações produtivas em *commodities*, principalmente em regiões consideradas periféricas no esquadro do sistema econômico nacional, como a Amazônia. Essa evidência é justificada pelos estudos realizados no âmbito do Ipea e conduzidos sob a regência de Aristides Monteiro Neto, que resultaram no livro *Brasil, Brasil: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI*, de 2021. Essa obra dá sequência ao estudo publicado em 2019, intitulado *Perfil e dinâmica das desigualdades regionais do Brasil em territórios industriais relevantes*, utilizado neste trabalho como referência, e no qual é apontado que, no quadro de atividades produtivas industriais, o caso do Sudeste do Pará foi representado pela atividade da indústria extrativista inserida em Parauapebas e em sua microrregião. Segundo Monteiro Neto (2019), a atividade econômica do Sudeste do Pará que passou a integrar o sistema econômico nacional foi a indústria da mineração, com enfoque nos minérios de ferro em Parauapebas, Marabá e Canaã dos Carajás.

Com base nos dados de distribuição do FNO, referentes aos anos de 2008 até 2020, é possível apontar que, para além da polarização desses recursos distribuídos no Pará, na escala estadual da região amazônica, na região de Carajás, houve o fortalecimento das atividades produtivas rurais, com ênfase na pecuária bovina, conforme explicitado nos dados do FNO, polarizados nos municípios de Xinguara, Marabá, São Félix do Xingu, Santa Maria das Barreiras e Rondon do Pará.

O caso de Xinguara é emblemático ao evidenciar uma especialização produtiva em *commodities* impulsionada pelos recursos estatais do governo federal, via Banco da Amazônia. Os projetos implementados no município referido contemplam diferentes processos da cadeia produtiva da pecuária bovina, complementada com grandes investimentos em projetos de infraestrutura logística energética, alcançou os valores de R\$ 850 milhões.

Complementa a matriz produtiva em Carajás, com recursos polarizados nos principais municípios produtores de grãos e pecuária bovina, Xinguara, Marabá, São Félix do Xingu, Santa Maria das Barreiras e Rondon do Pará, a hierarquização exercida por eles, mesmo demograficamente inferior a outros municípios da região de Carajás. O complexo produtivo de pecuária bovina e produção de soja em Carajás foi e continua sendo fortalecido pelos projetos de infraestruturas logísticas, como ferrovias, hidrelétricas, rodovias, portos e redes de transmissão de energia elétrica historicamente implementadas pelos projetos do Polamazônia, PIN, Programa Grande Carajás. Esses programas de planejamento impulsionaram a integração produtiva dessa região com a escala nacional e a global, na produção e na oferta de insumos produzidos pelas matérias-primas, mas atualmente as cadeias produtivas foram metamorfoseadas pelo seu prolongamento e pela valorização das *commodities* no mercado internacional.

Se, por um lado, há diversificação de segmentos produtivos incentivados pelos recursos de financiamento do FNO, conduzidos pelo Banco da Amazônia e pela Sudam, por outro, há fortalecimento das atividades produtivas de grande escala direcionadas para as exportações. Por conta disso, ocorre o fortalecimento dessas atividades principalmente pelos investimentos robustos advindos via governo federal, em diferentes fontes, como foi retratado neste caso pelo FNO, para os projetos de infraestrutura, na geração e transmissão de energia elétrica, como guarnição estratégica para as atividades produtivas representadas pela mineração e pela pecuária bovina.

## REFERÊNCIAS

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. **Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelo estados da Amazônia legal**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e sociedade**, Unicamp, 21, p. 729-747, 2012.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. *In: ALMEIDA, A. W. (Ed.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais***. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 39-69.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Unicamp, 2007. 9788526807754.

BRANDÃO, C. A. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, 21, p. 258-279, 2019.

BRASIL. Política nacional de desenvolvimento regional. **Edições Câmara**, v.374, p. 162, Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1861>.

CARVALHO, D. F. **Globalização financeira e Amazônia nos anos 90**. Belém: Centro Sócio Econômico/UFPA, 2006.

DINIZ, C. C. Introdução. *In: DINIZ, C. C. (Ed.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil***. Brasília: Editora da UNB, 2007.

FERNANDES, D. A.; GUMIERO, R. G. O regionalismo na emergência, consolidação e esgotamento do desenvolvimentismo: notas sobre a trajetória da Amazônia. *In: GUMIERO, R. G.; REDON, S. M., et al (Ed.). **Agendas de Pesquisas do PPGPAM: Desenvolvimento e Planejamento na Amazônia***. 1 ed. Brasília: Rosivan Diagramação e Artes Gráficas, 2021.

GARZON, L. F. N. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. *In: ALMEIDA, A. W. (Ed.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo***. Rio de Janeiro: Lamparina. Rio de Janeiro, 2010. p. 71-100.

GUMIERO, R. G.; SOUSA, J. D. As fases do Fundo Amazônia: balanço da implementação dos projetos nos Territórios Indígenas em Carajás PA. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, 9, n.1 Jan - Abr 2022.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. A. **Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais**. Brasília: MEC, 1977.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

INPE. Desmatamento nos Municípios 2020. Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite – Prodes. São José dos Campos: INPE 2021.

MACEDO, F.; PIRES, M.; SAMPAIO, D. 25 años del Fondo Constitucional de Financiamiento en Brasil: avances y desafíos en perspectiva del PNDR. **EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales**, 43, n. 129, p. 257-277, 2017.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Ipea/Inpes Rio de Janeiro, 1978.

MARQUES, G. D. S. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira**. 2007. (Tese de Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, 7, n. 1, p. 91-122, 2008.

MONTEIRO, M. A.; SILVA, R. P. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/ Revista franco-brasileira de geografia**, n. 49, 2021.

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. D. O.; SEVERIAN, D. **Perfil e dinâmica das desigualdades regionais do Brasil em territórios industriais relevantes**. IPEA. Rio de Janeiro. 2019.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

OLIVEIRA, W. P.; TRINDADE, J. R.; FERNANDES, D. A. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. **Ensaio FEE**, 35, n. 1, p. 80-110, 2014.

SILVA, D. F. C.; RESENDE, G. M. Efeito econômico espacial dos empréstimos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste no semiárido brasileiro. *In*: MATA, D. D.; FREITAS, R. E., *et al* (Ed.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise do semiárido**: IPEA, 2019. v. 4.

SUDAM. Acesso aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO). Disponível em [Transparência Brasil: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia 2021](#).

Texto submetido à Revista em 21.06.2022.

Aceito para publicação em 23.09.2022.